

O PAPEL DAS FACÇÕES CRIMINOSAS COMO CONSEQUÊNCIA DA AUSÊNCIA DO ESTADO EM GARANTIR SEGURANÇA INTERNA

Clarissa Barroso¹, Eliandra Keroli², Flávio Oliveira³, Isabela Carvalho⁴, Thiago Barisson⁵

1 Graduanda, Afya Centro Universitário São Lucas,
clarybarroso2@gmail.com

2 Graduanda, Afya Centro Universitário São Lucas,
eliandrakeroli@gmail.com

3 Graduando, Afya Centro Universitário São Lucas,
flavio_pvh13@hotmail.com

4 Graduanda, Afya Centro Universitário São Lucas,
vitoriaisabela2107@gmail.com

5 Docente, Afya Centro Universitário São Lucas,
thiago.barisson@afya.com.br

INTRODUÇÃO: O fortalecimento das facções criminosas no Brasil decorre das fragilidades estatais em garantir segurança interna e implementar políticas públicas eficazes. O sistema prisional, marcado por superlotação e ausência de ressocialização, tornou-se um ambiente propício para a expansão de organizações como PCC e Comando Vermelho, que extrapolam os presídios e se consolidam nas comunidades, assumindo funções de controle social e econômico. A pesquisa, de caráter qualitativo e baseada em revisão bibliográfica e documental, demonstra o descompasso entre o arcabouço normativo, tais como a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Execução Penal, e sua aplicação prática. Esse hiato mantém desigualdades e legítima poderes paralelos, evidenciando a urgência de políticas públicas que integrem repressão qualificada, prevenção social e reintegração de apenados, a fim de restabelecer a efetividade estatal e reduzir o protagonismo das facções. **OBJETIVO:** Analisar como a ausência ou fragilidade da atuação estatal na garantia da segurança interna tem contribuído para a consolidação e expansão das facções criminosas no Brasil, transformando-as em atores sociais que assumem funções de

controle territorial, imposição de normas e até prestação de serviços em determinadas comunidades. Pretende-se compreender de que forma essas organizações, como o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV), se fortalecem explorando lacunas deixadas pelo Estado, e quais impactos sociais, econômicos e políticos essa dinâmica gera na vida da população e na segurança pública nacional. **MATERIAL E METODOLOGIA:** A pesquisa adota abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, fundamentada em revisão bibliográfica e análise documental. Foram consultados artigos acadêmicos, relatórios institucionais, notícias jornalísticas e trabalhos científicos que discutem a atuação das facções criminosas no Brasil, com destaque para estudos recentes sobre as relações entre PCC e CV, bem como para análises que tratam do conceito de “governança criminal” em oposição à ideia de narco-estado. Além disso, utilizou-se como referência o trabalho de Gabriela Mariana de Oliveira (2023), que investiga o avanço das facções criminosas no país. O cruzamento desses materiais permitiu identificar os fatores estruturais, tais como, a desigualdade social, falhas do sistema prisional e corrupção institucional, que favorecem a atuação das facções, bem como apontar os limites e desafios das políticas públicas voltadas ao enfrentamento do crime organizado. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** A análise evidencia que a ausência ou fragilidade do Estado em garantir segurança interna contribuiu diretamente para o fortalecimento das facções criminosas no Brasil. Esses grupos passaram a ocupar o vácuo de poder nas comunidades e no sistema prisional. Nesse processo, tais organizações assumiram papéis de controle social e econômico, impondo regras próprias e até oferecendo serviços que deveriam ser prestados pelo poder público. Como consequência, verificou-se a consolidação de um poder paralelo, a perda de confiança da população nas instituições estatais e a cooptação de jovens em situação de vulnerabilidade. Os resultados indicam ainda que o fenômeno não decorre unicamente da omissão estatal, mas também de sua presença seletiva, marcada por uma atuação repressiva, sem o devido acompanhamento de políticas sociais efetivas. Esse padrão de ação gera um ciclo de retroalimentação: a ausência de políticas preventivas abre espaço para o crime organizado; o aumento da violência provoca respostas repressivas desarticuladas; e, sem o enfrentamento das causas estruturais, as facções voltam a se fortalecer. A discussão reforça, portanto, que a incapacidade do Estado em assegurar cidadania plena mantém populações vulneráveis sob a influência de ordens paralelas, questionando a efetividade do monopólio estatal da força e revelando a desigualdade como elemento central para a expansão das facções criminosas. **CONCLUSÃO:** O estudo evidencia que a fragilidade estrutural do Estado e sua atuação seletiva e repressiva contribuem para o fortalecimento das facções criminosas, que ocupam espaços deixados pelo poder público e estabelecem uma governança paralela. Esse

quadro compromete tanto a função ressocializadora da pena quanto a legitimidade estatal na garantia dos direitos fundamentais. A persistência da superlotação prisional, da precariedade das unidades e da violência institucional mostra que o sistema penal brasileiro opera como instrumento de exclusão, atingindo de forma desproporcional jovens negros e pobres. Para romper esse ciclo, é necessária uma reforma estrutural que articule segurança, justiça e inclusão social, de modo a reduzir o protagonismo das facções e restabelecer a confiança da população nas instituições democráticas.

Palavras- chave: Facções criminosas. Segurança pública. Ausência do Estado. Governança criminal. Sistema prisional. Desigualdade Social.